

ANTICOMUNISMO, FASCISMO E O ENTORNO POLÍTICO-RELIGIOSO: ANÁLISE DO DISCURSO DAS MASSAS DO BOLSONARISMO (2019–2022)

Oswaldo Pereira de Moura¹
Sérgio Luiz da Silva Mendes²

Resumo

O presente artigo objetivou analisar os discursos nas manifestações de massa do bolsonarismo no Brasil entre os anos de 2019 e 2022, período do governo de Jair Bolsonaro. Buscou-se compreender em quais condições os discursos contribuíram para a legitimação simbólica do poder político de Jair Bolsonaro, especialmente por meio da construção de inimigos e adversários políticos. A pesquisa na área da História do Tempo Presente baseou-se em fontes imagéticas (como cartazes, faixas e bandeiras) extraídas de acervos e veículos de imprensa de ampla circulação nacional. Procuramos compreender o discurso anticomunista, político-religioso e fascista presente nas manifestações à luz do referencial teórico-metodológico da análise do discurso proposta por Michel Foucault (2008). Proponho diálogos com autores que nomeiam o fascismo como movimento flexível, como Umberto Eco (2013), e como parte de uma estrutura social e psicológica, como Wilhelm Reich (2019).

Palavras-chave: **Bolsonarismo. Discursos. Fascismo. Manifestações de massa.**

Abstract

The discourses used in the widespread Bolsonarist manifestations in Brazil between 2019 and 2022, under Jair Bolsonaro's administration, are examined in this article. It aims to examine how these discourses, in particular through the creation of enemies and the targeting of political rivals, helped to symbolically legitimize Bolsonaro's political authority. The study, which falls under the category of contemporary history, focuses on visual materials (such as flags, banners, and posters) gathered from national media outlets and archives. The goal of the analysis is to interpret the political-religious and anti-communist narratives found in these demonstrations using Michel Foucault's theoretical and methodological framework for discourse analysis (2008). I suggest debates with writers that depict fascism as a flexible movement, such as Umberto Eco (2013), and as part of a social and psychological framework, such as Wilhelm Reich (2019).

Keywords: **Bolsonarist. Discourses. Fascism. Masses manifestations.**

[...] lhe interessa é manter os homens enganados e disfarçar, sob o especioso nome de religião, o medo em que devem ser contidos para que combatam pela servidão como se fosse pela salvação e acreditem que não é vergonhoso, mas sumamente honroso, derramar o sangue e a vida pela vaidade de um só homem [...]
Spinoza³

¹ Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus Dra. Josefina Demes (Floriano - Pi). E-mail : osvaldo.p.de.moura@aluno.uespi.br

² Professor adjunto do curso de Licenciatura em História, campus Dra. Josefina Demes/Floriano-PI. E-mail: profsergio@frn.uespi.br

³ A crítica do filósofo iluminista Spinoza dirige-se ao governo aristocrático e monárquico do mundo moderno que lhe era contemporâneo. SPINOZA, B. de. Tratado teológico-político. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 8.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é compreender e analisar os discursos materializados (cartazes, bandeiras, faixas e etc.) nas manifestações da grande massa do bolsonarismo recém-formada a partir das eleições de 2018, investigando os anseios que essa massa buscou satisfazer com suas manifestações. Pretendemos demonstrar metodologicamente, junto com a análise do discurso proposta por Foucault (2008), a formação discursiva que possibilitou os discursos das massas do bolsonarismo, suas modalidades de enunciação e os objetos dos seus discursos, e de que forma esses enunciados se estruturou em uma formação discursiva que legitimou, ou buscou legitimar, determinadas práticas discursivas políticas-religiosas nos espaços públicos, ao mesmo tempo, em que produziram efeitos de intimidação ou deslegitimação sobre os adversários políticos, através da concepção maniqueísta da realidade.

A pesquisa adotou as concepções e conceitos do historiador Rémond (2003) sobre a História do Tempo Presente, na análise histórica da atualidade, no foco nos detalhes da contingência e no estatuto das fontes históricas. Considerou-se, também, a possibilidade de diagnosticar a história sem cair em ilusões de racionalizações que a distância em relação ao acontecimento poderia gerar. Esse movimento correspondeu ao que Dosse (2012) chamou de nova concepção da operação historiográfica, entendida como o meio-termo entre o trabalho do passado no presente, diferenciando-se da simples delimitação de um período destacado na história contemporânea pelo historiador. Nessa nova concepção, o autor observou que a realização da história do tempo presente se deu pelo diálogo interdisciplinar, o que possibilitou novas práticas e esclarecimentos com maior precisão, já que o historiador do tempo presente “para realizar com maior êxito suas pesquisas, trabalhar com os cientistas políticos, jornalistas, sociólogos, geógrafos, psicanalistas, antropólogos e críticos literários”, concluiu Dosse (2012), e que serão utilizados neste artigos para maior compreensão do nosso objeto de pesquisa, o discurso das massas do bolsonarismo, onde a interdisciplinaridade se faz necessária para compreender esse presente histórico.

Definimos, como operação historiográfica do Tempo Presente, o período da presidência de Jair Bolsonaro (2019–2022), quando este ocupou o mais alto cargo do Poder Executivo da República Federativa do Brasil, assim como a atuação de outros políticos de direita que conquistaram cadeiras nos poderes Legislativo e Executivo nesse intervalo. Trata-se de um período em que a direita ganhou notoriedade no Espaço Político⁴ brasileiro.

⁴ Uso o termo “Espaço Político” conforme definido por D'Alimonte (1995) no livro Dicionário de política, caracterizado como o espaço em que ocorrem competições eleitorais, por partidos e pelo eleitorado, nos regimes

Para a análise do contexto histórico que antecedeu as manifestações de direita e da ascensão de Bolsonaro à posição de liderança, consideraram-se as insatisfações sociais com as políticas públicas e com os representantes políticos, sobretudo ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse sentido, Petrarca (2021) compreende que a ruptura nas coalizões da antiga organização política, baseada em um sistema de alianças, possibilitou a reorganização e proporcionou o espaço à ascensão de grupos de pensamento conservador, bem como do próprio Bolsonaro, até então marginalizados da participação política brasileira.

Para Burity (2018) o processo histórico e político que antecede a ascensão da onda direitista conservadora, classificando como crise de hegemonia, são as “jornadas de junho de 2013” que acarretou uma desorientação na esquerda, e abriu espaço político para as demandas conservadoras. A dificuldade do governo Dilma (2011–2016) de manter a política de coalizão e a falha estratégia ao adotar políticas econômicas neoliberais que causou múltiplas insatisfações, principalmente o apoio popular. E o golpe parlamentar-jurídico-midiático, que colocou novamente à direita no poder. Para Almeida (2018), sobre a presença do discurso religioso na conjuntura atual, os conservadores articulam seus discursos sobre um inimigo comum, encontraram representação no Congresso Nacional e conspiraram a favor do *impeachment* de 2016⁵.

Nesse processo de ascensão da direita ao poder, compreendemos e adotamos neste artigo a concepção e definição de direita e de esquerda conforme proposta por Bobbio (2012), que entende os conceitos sendo uma diáde, a direita só existe em contraposição à esquerda, e vice-versa, são programas de ação política com interesses e sistema de valor, que concebem uma trajetória, um destino de como a sociedade deve ser organizada. No caso específico, a direita teria sua ação política situada na defesa da “tradição”, pode ser lido como salvaguardar aquilo que é “bom”, dando-se um valor positivo às suas ações, e à esquerda busca a “emancipação”, lido como a busca por rupturas com aquilo que é “mal”, dando-se também um valor positivo às suas ações. Adotaremos, assim, neste artigo, que nosso objeto de estudo, o discurso das massas do bolsonarismo, está à extrema-direita, conjuntamente com um discurso principalmente fascista, na medida da romantização das suas ações políticas.

O autor Umberto Eco (2013) nos orienta com sua análise sobre o Fascismo (Ur-Fascismo) para compreender a direita bolsonarista como um movimento de caráter fascista. Para Eco, o fascismo não se constitui como uma ideologia política rígida e coerente, mas sim como uma estrutura flexível e contraditória, capaz de se adaptar a diferentes

políticos democráticos. D'ALIMONTE, Roberto. Espaço Político. BOBBIO, N; MATTEUCCI, N & PASQUINO, G. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1995. p.392-394

⁵ Sobre o impeachment ver: NOBRE, Marcos. Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro.

contextos históricos e sociais. Essas contradições – que serão exploradas ao longo da análise dos discursos – coexistem com arquétipos ideológicos recorrentes, que possibilitam a transmutação do fascismo ao longo do tempo, mantendo seus princípios essenciais. As características do fascismo eterno, descritas pelo autor, são imanentes, presentes em todos os movimentos fascistas, independentemente da época e do local. E pretendemos, com essa concepção de fascismo, definir e localizar no discurso das massas do bolsonarismo o fascismo que instrumentaliza seus discursos políticos e religiosos.

O cientista social e teólogo Fabio Py (2020) definiu a existência de uma teologia do poder autoritário, o que chamou de cristofascismo bolsonarista durante a gestão de Bolsonaro na presidência. Com isso a definição do que entendemos por religião neste artigo se faz necessário ao ponto que pretendemos uma análise discursiva dentro da formação do campo religioso e de escapar da significação epistemologia da religião, que significa o vínculo praticado pelo homem com uma ou várias divindades⁶. Entendemos o conceito de religião primeiramente o que Klauck (2011, p.19-20) define como “um sistema social de sinais com funções totalmente determinadas”, que possibilitam as justificações para ações – ações do indivíduo no seu meio social que é necessária uma decisão – cuja religião é função no qual a confirmação da ação se faz correta na vontade de uma força superior.

Porém, vale lembrar que a religião, como conceito e para análise histórica e social, segue um conjunto de crenças que devem compor em artigo de fé para um determinado grupo de sujeitos histórico, ou seja, a religião é coletiva (Silva; Silva, 2009). Assim, fundamentamos nossa análise partindo da concepção de religião apresentada por Weber (1971) como um objeto da vida social, que determina e é determinada por outros objetos da vida social, ou seja, regula a ação social ou a esfera de interesse social. Para o autor, a racionalização da ação, organizada pelas regras da ética religiosa, ou seja, “doutrina”, cria um campo que podemos entender a vida prática de uma determinada sociedade no tempo histórico.

A religião é essencialmente determinada por suas fontes, enunciação e promessa, que podem ser reinterpretadas de acordo com o interesse ou necessidade religiosa de seu tempo histórico (Weber, 1971). Um ponto de convergência com a análise dos discursos na tese de Weber é “a anunciação e promessa da religião dirigiram-se, naturalmente, às massas dos que necessitavam de salvação” (1971, p. 315). O que proporciona uma análise do processo histórico do nosso objeto de pesquisa, o discurso das massas do bolsonarismo através de enunciados que são produzidos pelo discurso religioso, e se relaciona com o espaço político no decorrer do processo histórico de ascensão da direita como força política expressiva.

⁶ **Religião.** Disponível em: <<https://etimologia.com.br/religiao/>>. Acesso em: 5 jul. 2025.

MANIQUEÍSMO, BOLSONARISMO E SISTEMA DE CRENÇAS

Após uma breve discussão introdutória sobre o recorte temporal adotado, bem como sobre os conceitos de diferenciação política e o papel da religião na vida social e nos processos históricos, propomos agora aprofundar a análise das principais características que estruturam o fenômeno das massas do bolsonarismo. Compreender essas massas e os sujeitos produtores de discurso nesse contexto exige a articulação entre conceitos consolidados e novos aportes teóricos, capazes de sustentar uma análise crítica e abrangente das dinâmicas que configuram o campo político e religioso no Brasil contemporâneo.

Entre os principais autores e formadores do discurso, destaca-se o ex-presidente Jair Bolsonaro, figura que concentra o carisma e o *ethos* político da direita, na qual as massas se espelham e que defendem de modo fervoroso ao longo das manifestações, e que irão sacrificar suas vidas rotineiras pela defesa do mesmo (Weber, 1979; Souza; Leite, 2020). E o ensaísta Olavo de Carvalho é amplamente reconhecido como o principal "intelectual" cujas ideias fundamentam e orientam questões políticas, sociais, culturais e religiosas; e que, neste trabalho, as massas do bolsonarismo adotaram e promoveram em seus discursos (Silva, 2020; Guimarães, Gabriel. 2021; Cruz, 2020).

Compreendemos que uma das regras de formação do discurso das massas do bolsonarismo é construída por uma visão maniqueísta da realidade de Bem *versus* Mal (Souza; Leite, 2020), os cartazes, bandeiras e faixas das massas do bolsonarismo irão trazer o reflexo dessa formação discursiva para as ruas, identificando os inimigos (Mal) ou seus heróis (Bem). Essa visão maniqueísta é bem expressa na declaração do então nomeado para ministro no governo Bolsonaro, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), “[...] os homens e mulheres que estão aqui são do bem. A turma do mal está do lado de lá.”⁷. Diferenciando os governos anteriores do PT (Partido dos Trabalhadores) com o de Jair Bolsonaro (PSL) com a compreensão maniqueísta da realidade.

Observado também por Cruz (2020), que compreende que o “intelectual” Olavo de Carvalho construiu um discurso generalizante e binário de “bem” e “mal”. A autora observou que o discurso de Olavo carrega na sua formação uma representação do “ocidente cristão” sendo tido como “bem” (uma característica do bem seria a liberdade individual e cultural em

⁷ Declaração feita por Onyx Lorenzoni ao ser questionado sobre possíveis casos de corrupção envolvendo a família Bolsonaro. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/onyx-critica-coaf-por-suspeita-sobre-ex-motorista-de-flavio-bolsonaro/#google_vignette>. Acesso em: 7 jun. 2025.

si) e representou o islã como “mal” (a característica seria o oposto da liberdade, a repressão individual e cultural por meio da religião), assim esvaziando e omitindo muitos conceitos e contextualizações, como legitimando o preconceito, a xenofobia e o racismo.

Neste trabalho, utilizamos o termo bolsonarismo para nos referirmos à comunidade moral bolsonarista, nos termos analisados por Alonso (2019, p.52):

[...] A comunidade moral bolsonarista se estrutura na crença compartilhada em códigos binários, que divide o mundo em bem e mal, sagrado e profano, gente de família e indecentes, cidadãos de bem e bandidos, éticos e corruptos, nacionalistas e globalistas.

Observa que essa crença desperta sentimentos de afeto, medo, ódio e une as massas em um mesmo senso de pertencimento (Alonso, 2019). A autora continua com a análise de que os pilares construídos no nacionalismo, moralismo e antielitismo e uma retórica fragmentada proporcionaram a Jair Bolsonaro o título de líder dessa comunidade moral. Bolsonaro e o seu nacionalismo beligerante associaram a si e à sua comunidade os símbolos nacionais; o seu partido político virou a pátria, o militarismo virou uma arma contra os inimigos internos da pátria. Outro pilar de Bolsonaro e sua comunidade é o moralismo hierarquizado, no âmbito privado com suas demonstrações patriarcais, viril, religioso e superioridade de gênero; e no âmbito político, a lógica da vida privada extrapola para a vida política, família e igreja criam o patriarcado na política. A autora lembra que isso não é um discurso conservador, e sim reacionário. O antielitismo de Bolsonaro e sua comunidade se conversa no discurso de um ethos de homem comum, homem do povo, cristão, caseiro e humilde (Alonso, 2019).

Essa perspectiva proposta por Alonso (2019) nos remete à máxima do psicanalista alemão Wilhelm Reich sobre o comportamento das massas do fascismo, segundo a qual as ideias do líder só se tornam objeto de análise histórica quando sua personalidade encontra sustentação nas estruturas de determinados grupos sociais (Reich, 2019). O sociólogo brasileiro Jessé Souza define esses determinados grupos sociais com o conceito de “pobre de direita”, ou seja, indivíduos de classe média baixa brancos que viram em Bolsonaro um reflexo do seu ódio internalizado. Ódio causado pela insatisfação pessoal diante de não pertencer às elites, que, sem entender o motivo do seu fracasso, orientam esse ódio para aquele que é mais fraco, ou seja, as minorias, e consequentemente defendem a mesma elite que o explora, visto que acreditam na meritocracia (Souza, 2024).

Podemos concluir que as massas do bolsonarismo são um reflexo do líder, ou, mais adequadamente, da sua autoridade suprema, carismática ou patriarcal, segundo a concepção

(Rocha, 2021). Nas manifestações populares de direita, o enunciado “Olavo tem razão” esteve amplamente visto nos cartazes e faixas dos manifestantes como “frase-amuleto” das massas do bolsonarismo (Rocha, 2021; Petrarca, 2021; Brizz; Pontin, 2018). Silva (2020) observa que Olavo de Carvalho desenvolveu e organizou uma linha de pensamento liberal e conservadora e, em seus inúmeros ensaios e vídeos, denunciou teses conspiratórias como o “marxismo cultural”¹⁰ e “revolução cultural”¹¹ e que as principais instituições da sociedade, exemplo das universidades, estão contaminadas pela influência predominante de comunistas, responsabilizando-os pelos principais problemas políticos, sociais e religiosos.

Observamos em conjunto a análise de Fabrício Pontin¹², doutor em filosofia e professor assistente de Direito e Relações Internacionais, de que Olavo de Carvalho, enquanto ideólogo, “se tornou o grande intérprete das ansiedades de massa no Brasil, um cara que foi capaz de ler as vulnerabilidades e demandas sociais” e continua: “Esse cara tinha organizado um movimento de base que explorava essas ansiedades sociopolíticas de parte da população, e dava uma explicação fácil e direta para as mudanças dos últimos anos” (IHU. 2018). Pontin observa que Olavo está inserido em um contexto conspiratório, o que ele define com “Pêndulo de Foucault” do Umberto Eco, ou seja, Olavo se vendeu a essas massas como um intérprete que detém a “verdade oculta” que estava sendo escondida por um complô de indivíduos ao longo da história. Ainda na conspiração, outro ponto levantado pelo autor é que Olavo, com seus discursos, “dá um curto-circuito na tentativa de crítica”, ou seja, conseguia neutralizar as contestações de duas ideias e inibia para os seus ouvintes as críticas que ele recebe, acusando o acusador de estar fazendo parte do grupo que oculta a verdade do grande público.

AS MANIFESTAÇÕES: OS DISCURSOS ANTICOMUNISTAS, O FASCISMO E O ENTORNO POLÍTICO-RELIGIOSO DAS MASSAS DO BOLSONARISMO.

A análise da formação discursiva que toma o comunismo como objeto do discurso exige a consideração da interdiscursividade e da intertextualidade. Isso implica investigar

¹⁰ Olavo de Carvalho (2002) usou o termo "marxismo cultural" para se referir ao que considerava uma tática da Escola de Frankfurt, destinada a destruir e dominar a civilização ocidental a fim de instaurar o comunismo. De acordo com ele, a “teoria crítica” e as abordagens “desconstrucionistas” visavam estabelecer uma nova forma de luta de classes em todos os setores da sociedade.

¹¹ Olavo de Carvalho (2015) descreve a “revolução cultural” como uma espécie de revolução passiva, a qual é atribuída ao intelectual marxista Antonio Gramsci. Nesse entendimento, a mudança social não se daria mais pela apropriação dos meios de produção, mas pela “ocupação de espaços” em diferentes setores da sociedade, como cultura, educação e comunicação.

¹² Fabrício Pontin concedeu entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585253-as-paixoes-reprimidas-de-uma-massa-o-academicismo-e-a-emergencia-da-extrema-direita-entrevista-especial-com-fabricio-pontin>. Acesso em: 5 jun. 2025.

como diferentes discursos já formulados se articulam entre si e contribuem para a constituição de campo de presença e concomitância em torno do objeto do discurso que possibilita seu reaparecimento, como observado por Foucault (2008).

Sobre os estudos de Motta (2002), o anticomunismo se torna um objeto do discurso religioso no século XIX, primeiramente caracterizado com o discurso que relaciona a continuação dos erros da reforma protestante no século XVI assim entendidas pela Igreja Católica — o campo de presença —, mas só se torna um objeto concreto do discurso religioso com as encíclicas papais. O papa Leão XIII, condenou o comunismo como inimiga e adversária da Igreja na comunicação das necessidades humanas. Motta (2002) observa o estabelecimento do discurso maniqueísta, Bem versus Mal, Igreja de Cristo versus Anticristo, propondo a ideologia comunista além da participação social e política mundana.

A atuação da Igreja Católica no Brasil contra o comunismo por meio da mobilização do clero e da participação política na oposição a partidos de esquerda, desde o período da Era Vargas até o golpe civil-militar de 1964. A Igreja articulou alianças com setores da sociedade civil, além de fomentar movimentos e apoiar partidos políticos com o objetivo de combater o comunismo enquanto ameaça ideológica (Motta, 2002). Lembramos da “Marcha com Deus, pela Família e Liberdade”, manifestação anticomunista que ocorreu às vésperas do golpe de 1964 (Motta, 2002), trazia discursos que reapareceram no tempo presente como forma de legitimação para ações autoritárias.

O comunismo, enquanto objeto do discurso, adquire, segundo as modalidades enunciativas descritas por Foucault (2008), um estatuto específico de enunciação a partir da condenação proferida pelo Papa, o sujeito legitimado institucionalmente para falar em nome da Igreja e diante dos fiéis. Nessa posição, o Papa atribui ao comunismo a condição de verdadeiro inimigo, não apenas da cristandade, mas de toda a humanidade. Então surge a necessidade religiosa de combater o comunismo em todas as esferas das relações humanas.

O papel dos evangélicos brasileiros¹³ no discurso anticomunista pode ser analisado pela formação discursiva no processo histórico do protestantismo — campo de presença — de “crise moral”. Se a reforma protestante, iniciada por Lutero no início do século XVI, constituiu uma resposta à crise moral e religiosa que vivia a Europa e a Igreja Católica (Luizetto, 2007), a “crise moral” que introduziu os evangélicos no campo político durante o regime militar, e de forma mais intensa no contexto da redemocratização, é compreendida por

¹³ O termo “evangélicos brasileiros” refere-se às denominações pentecostais, deuteropentecostais e neopentecostais, cujas concepções teológicas e interpretações bíblicas têm origem majoritariamente na tradição religiosa norte-americana. Essas correntes diferenciam-se dos protestantismos históricos ou clássicos – como o luteranismo, presbiterianismo e metodismo – conforme analisado por Gonçalves (2016).

Cowan (2014) como parte de um processo de busca por representação política, especialmente marcado pela reação às chamadas imoralidades e à presença de outras religiões no espaço público. Segundo o autor, os evangélicos passaram a ocupar uma posição à direita, o que possibilitou a formação discursiva que denunciava a suposta decadência moral da sociedade brasileira associada com o avanço do comunismo (Cowan, 2014). A partir de uma retórica centrada nos “bons costumes” e na “defesa da família”, os evangélicos identificaram o comunismo como um inimigo moral, político e religioso a ser combatido e eliminado, pois representava o Mal.

O reaparecimento do “comunismo” como objeto do discurso no campo da política e religião é possibilitado por diversas mudanças sociais no Brasil. Segundo Weber (1971), as doutrinas religiosas se ajustam às necessidades religiosas da época e são destinadas às massas. E podemos entender que a forte presença evangélica na participação política com o intuito de se opor à “crise moral” (Cowan, 2014) e consequentemente levou suas doutrinas religiosas a se adaptarem aos novos inimigos. A teologia da prosperidade formada no meio evangélico (Frossard, 2013) parece nos demonstrar o motivo das massas do bolsonarismo, predominante evangélico (Valério, 2020; Oliveira, 2020), terem uma recusa e considerarem como inimigo o comunismo. A prosperidade social e econômica daquele que vive segundo os desígnios de Deus, pregada pela teologia da prosperidade (Frossard, 2013), será interpretada, seguindo as necessidades, para o campo político e econômico em que a Nação só será próspera se seguir os desígnios e propósitos de Deus. E como já vimos, o comunismo seria contraposto, no discurso religioso e político, aos desígnios propostos por Deus na Bíblia.

O domínio de parentesco do objeto do discurso (Foucault, 2008) entre o objeto comunismo e aquele fiel que não vive realizando a vontade de Deus possibilitou o diagnóstico confuso e problemático de que todas as crises políticas, econômicas e sociais fossem consideradas como um problema do comunismo que havia se instaurado em todas as esferas civis da sociedade, principalmente nos governos do PT. A solução para as massas do bolsonarismo seria o “extermínio” de todo o comunismo e comunista e um Brasil com políticas baseadas na Bíblia, ou melhor, aceitando todo o sistema de crença e o que a comunidade moral de Jair Bolsonaro, o Davi brasileiro, como visto por Rocha (2021) e Alonso (2018). Souza (2024) também analisa esse discurso, o inimigo, seja comunista ou esquerdista, é visto como uma ameaça ao bolsonarismo por razões que, em seus discursos de direitos, consciência social e explicação da exploração, desestabilizam não apenas os discursos religiosos, mas também uma série de discursos que sustentam a estrutura social opressora e racista na sociedade brasileira.

figura 1 - 7 de setembro de 2021 cartaz enuncia o acionamento das Forças Armadas contra o comunismo.



Fonte: Jardiel Carvalho - 7.set.2021/Folhapress

Na figura 1, observamos a legitimação da ação ao atribuir às Forças Armadas o poder de “expurgar”, assim como a legitimação do acionamento por meio da autorização de Jair Bolsonaro. O discurso anticomunista é o objeto central dos enunciados políticos e religiosos das massas do bolsonarismo e historicamente um dos principais discursos da direita nacional e internacional, sendo utilizado como uma ferramenta de mobilização no espaço político e de construção da posição de sujeito do discurso. Essa formação discursiva se fundamenta na rejeição ao comunismo, ao socialismo e a qualquer ideologia associada a partidos de esquerda. Esses discursos são formulados com uma visão maniqueísta da realidade, na qual o comunismo é interpretado como uma ameaça (leia-se “Mal”) aos valores religiosos tradicionais, à soberania nacional e à liberdade individual.

O objeto do discurso do bolsonarismo expresso no cartaz, o comunismo, é identificado na emergência de “extinguir” ou “exterminar” o “imundo” comunismo que, segundo a crença deles, contaminava o Brasil ao convocar que as forças armadas executem o específico trabalho. As modalidades enunciativas do discurso anticomunista funcionam como um instrumento de diferenciação entre “nós” e “eles”, criando uma visão polarizada da sociedade em que a direita com orientação religiosa se apresenta como a última linha de defesa contra a suposta ameaça comunista, ou o “Bem” na luta contra o “Mal” em que só um pode vencer.

Dito isso, a atuação das massas do bolsonarismo nas manifestações podem ser compreendidas pelas características que Eco (2013) conceitua como fascismo: “a ação pela ação”, Então manifestar e identificar inimigos com seus cartazes, faixas e bandeiras seria o modo de as massas compreenderem o que seria a “voz do povo”, sendo interpretada pelo seu líder, o que produz uma identidade baseada na diferenciação do inimigo construído por intermédio do que já se formulou em modalidades enunciativas anteriores em diferentes campos discursivos. Esse irracionalismo ativa as massas, recusar tudo que é novo ou indiferente às suas tradições, não aceitar a diversidade, ou pluralidade de pensamento e

desacordos, resultando em práticas discursivas que se alinham a uma definição do fascismo proposta por Eco (2013).

A figura de Jair Bolsonaro é central; as massas o tornaram o monopolizador do poder, legitimando o uso da violência repressiva contra os seus inimigos em nome de uma suposta emergência. O fascismo, como observado por Eco (2013), precisou convencer seus adeptos de que o inimigo poderia ser derrotado, criando uma contradição retórica. Para as massas do bolsonarismo, o comunismo é compreendido como forte por estar presente em todas as instituições sociais, porém, ao mesmo tempo, fraco, uma vez que, segundo o sistema de crença bolsonarista, o comunismo e o comunista se imbecilizam, como destaca Rocha (2021). Essa contradição na formação discursiva da massa bolsonarista configurou-se como uma estratégia discursiva (Foucault, 2008), permitindo que o objeto do discurso, o comunismo, aparecesse ao mesmo tempo, hegemonicamente forte e como fraco por ser “imbecil”.

O psicanalista Ab’Sáber (2018) observa que a palavra mais apropriada para definir a redução da vida política para o estado de guerra contra o inimigo é o extermínio do outro. Para o autor, essa mentalidade modifica a vida política em uma guerra real, e o inimigo — objeto do discurso — é posicionado como mal absoluto merecedor de ser exterminado. Com finalidades que posicionam todos os objetos positivos dessa formação discursiva, tradição ocidental e cristã, em risco iminente causado pelo inimigo, o que proporciona a necessidade de uma guerra. Essa necessidade selvagem por guerra é um traço forte da irracionalidade das massas do bolsonarismo nas manifestações. A guerra é desejada, a guerra permanente é a definição da ação dessa massa fascista, como nos ensina a lição de Eco (2013). Se a guerra é permanente, os inimigos são permanentes, deve haver sempre a necessidade de um inimigo, novo ou antigo, que possa ressurgir dentro do discurso que possibilite novos discursos.

A guerra travada pelas massas do bolsonarismo podem ser compreendidas assim definidas por Rocha (2021) sendo parte do sistema de crenças estabelecido por Olavo de Carvalho como “guerra cultural” que se traduz como forma de ação criando a “atmosfera bélica” bolsonarista que segundo o autor “implica um entendimento fundamentalista do mundo, cujo corolário é a eliminação pura e simples de tudo que seja diverso”¹⁴. O que está em concordância com a comunidade moral bolsonarista, dividendo o mundo em questões maniqueístas sobre o Bem *versus* o Mal, onde a existências de uma guerra é constante.

Segundo Calil (2021), Olavo estruturou seus discursos ampliando o conceito de esquerda, com o objetivo de reforçar a ideia de uma iminente ameaça comunista. Olavo e

¹⁴ ROCHA, João Cezar de Castro. Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político. 1. ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021. v. 1. p. 115.

Bolsonaro se utilizam do que Foucault (2018) considera como contradições intrínsecas, criam subsistemas e dispõem seu objeto do discurso, o comunismo, equiparado ao termo “esquerda”, passa a representar, juntamente com qualquer indivíduo ou grupo que ouse questionar determinadas falas ou posições, um inimigo comum a ser combatido fortemente. E assim é formado o sistema de crenças da comunidade moral das massas do bolsonarismo. Partindo da premissa de que todo integrante de um partido de esquerda é, necessariamente, identificado como comunista, conclui-se que todos os partidos de orientação à esquerda deveriam ser eliminados do cenário político. Não somente partidos de esquerda, os partidos de centro receberam essa analogia se forem, para as massas, omissos ao apoio ao governo de Bolsonaro. Tal eliminação, nesse contexto, seria operada por meio da retirada de seus representantes dos cargos obtidos por processos eleitorais democráticos de forma violenta.

figura 2 – cartaz qualificado à esquerda como “escória” humana.



Fonte: Danilo Verpa - 27.mai.2019/Folhapress

A violência é desejada por essas massas, que aprenderem por meio do discurso anticomunista que o comunismo e os comunistas são intrinsecamente violentos e o contra-ataque deve ser violento, como demonstra Motta (2000) em sua tese. Os cartazes e faixas das massas do bolsonarismo expressam esse discurso que desumaniza os partidos de esquerda com discursos de ódio. Na figura 2, em manifestação no dia 26 de maio de 2020, vê-se um cartaz com o enunciado “O ESQUERDISMO É A ESCÓRIA DA HUMANIDADE”; em São Paulo (SP), em uma faixa no Rio de Janeiro (RJ) traz “PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL SÃO FACÇÕES CRIMINOSAS”¹⁵. A afirmação de que o pensamento político de esquerda é a “escória da humanidade” ou de que os partidos constituem facções criminosas, pertence a uma estratégia discursiva bem-posicionada. Em

¹⁵ Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/engajamento-de-bolsonaro-em-manifestacoes-acirra-crise-com-o-congresso.shtml>>. Acesso em: 1 dez. 2025.

Foucault (2008), os pontos de equivalência formam uma alternativa no discurso por meio de objetos que, mesmos incompatíveis e incoerentes, surgem com a mesma regra de formação para posicionar o objeto no local desejado.

Nessa estratégia discursiva, as experiências sociais, históricas e políticas dos regimes comunistas ao redor do mundo são interpretadas pela massa bolsonarista de direita como experiências e consequências atribuídas aos “esquerdistas”. O autodenominado intelectual Olavo de Carvalho, considerado intérprete do mundo para as massas do bolsonarismo (Silva, 2020; Sousa, 2020), sustenta um sistema de crenças segundo o qual todo movimento e partido político de esquerda seriam, na verdade, comunistas disfarçados. Magalhães (2024) observou nos discursos olavistas a tentativa de associar o aumento da criminalidade no Brasil com a redemocratização e novos partidos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT). Presume-se, nessa lógica olavista, que os comunistas teriam se camuflado como sociais-democratas moderados, ocultando suas verdadeiras intenções, abandonando a luta armada em favor da luta intelectual e, assim, conquistando espaços para implantar ideais comunistas na sociedade (Magalhães, 2024). Esse pensamento, que configura uma verdadeira teoria da conspiração, tornou-se amplamente abraçado por seus seguidores, como as manifestações nos revelaram. Trata-se de um debate raso e generalizado, porém permitiu que Olavo construísse um inimigo e atribuisse a ele a responsabilidade por todos os problemas sociais, criando o discurso de que a esquerda seria a causa de todas as mazelas do país.

Os principais alvos dos ataques promovidos por essa massa durante suas manifestações durante o período analisado e em ocasiões estratégicas foram os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. O então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), passou a ser alvo constante de críticas, acusado de agir como um obstáculo à vontade popular e às decisões de Bolsonaro, que manteve o discurso de governar sem se utilizar da “velha política”¹⁶. A presença de cartazes e faixas com o nome de Maia ou Alcolumbre na cor vermelha simboliza a forma como essas massas o identificavam como inimigo, associando-o, de maneira simbólica, ao discurso anticomunista que permeia tais manifestações¹⁷. As palavras de ordem como “FORA MAIA” e “FORA ALCOLUMBRE” e os recorrentes

¹⁶ O principal motivo da ofensiva das massas bolsonaristas contra Rodrigo Maia pode ser atribuído à recusa de Jair Bolsonaro em adotar o modelo de presidencialismo de coalizão, chamando-o de “velha política”, o que dificultou a tramitação e aprovação da reforma da Previdência. A tensão entre o Executivo e o Legislativo, especialmente com Maia, então presidente da Câmara dos Deputados, alimentou a percepção, entre os apoiadores de Bolsonaro, de que o parlamentar era um entrave às mudanças propostas pelo governo. Essa questão é analisada de forma mais aprofundada por Silva (2024), ao discutir os obstáculos e impasses enfrentados na tramitação da reforma da Previdência no governo de Bolsonaro.

¹⁷ Disponível em: <

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/09/apoiadores-do-presidente-bolsonaro-fazem-carreata-na-esplanada-dos-ministerios-em-brasilia.ghtml> >

pedidos de fechamento do Congresso Nacional reforçaram discursos golpistas e violentos, com intervenção militar e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Esses discursos se articulam com o sistema de crenças propagado por Olavo de Carvalho, segundo o qual o Congresso já estaria completamente infiltrado por forças e indivíduos comunistas. Assim, constrói-se um imaginário político nas massas do bolsonarismo no qual o Legislativo é visto como inimigo do povo e da pátria, legitimando e desejando, aos olhos dessas massas, ações autoritárias em nome de uma suposta salvação nacional do inimigo com urgência.

figura 3 - Cartaz pede destituição, limpeza e AI-5.



Foto: Alice Cravo - Agência O Globo

O discurso que toma como objeto o comunismo se expressa numa retórica violenta e maniqueísta, o comunismo só pode ser vencido para as massas do bolsonarismo recorrendo ao “extermínio” de todos os outros que questionam seu sistema de crença, assim Rocha (2021) os classifica as crenças das massas do bolsonarismo, somente a abolição violenta do Estado Democrático de Direito é a solução mais adequada para a vitória completa do inimigo.

Na figura 3, observa-se a frase de referência bíblica “separando o joio do trigo”, oriunda de Mateus 13:24–30, em que o joio representa o mal, o inimigo a ser eliminado. No cartaz analisado, tal metáfora é aplicada aos membros do parlamento brasileiro, os quais são retratados como elementos indesejáveis que devem ser expurgados. O enunciado convoca uma “limpeza” que só poderia ser concretizada mediante a reedição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), mecanismo autoritário da ditadura militar que conferia poderes quase absolutos ao presidente da República. Essa evocação ao AI-5 revela uma adesão a práticas autoritárias e antidemocráticas, sustentada por um afeto nostálgico das massas do bolsonarismo ao regime militar (1964–1985). Tal afeto se alimenta de um revisionismo histórico difundido por Olavo de Carvalho (Rocha, 2021), que ressignifica o papel dos militares enquanto defensores da

pátria contra uma suposta ameaça comunista. Magalhães (2024) observa que, para Olavo, o golpe de 1964 e a ditadura militar que se seguiu não passaram de um trauma artificial, criado pela esquerda para esconder as suas verdadeiras intenções, gerando assim a necessidade da ditadura de 21 anos para frear o suposto avanço das guerrilhas comunistas.

Para Bauer (2024), Bolsonaro não só fez um revisionismo, mas também praticou um discurso negacionista ao negar o regime sangrento da ditadura militar em nome da defesa contra os comunistas. A intervenção militar é a forma de se combater o comunismo, o único modo de assegurar a “democracia” verde e amarela do bolsonarismo, fazendo parte do seu sistema de crença e da comunidade moral que só precisa ter sentido, o “remédio” para o comunismo e inevitavelmente os militares. Os militares teriam essa função, assim como no trecho bíblico, de separar o mal do bem para que, já sem o mal, a prosperidade possa florescer. O discurso não pode ser outro senão o de extermínio dos inimigos.

Não apenas partidos e líderes influentes no Congresso, mas qualquer entidade ou órgão governamental, social ou qualquer um que seja percebido como oposição ao governo de Jair Bolsonaro. Isso se deu com o Supremo Tribunal Federal (STF), que em 2019 anulou a condenação do ex-presidente Lula e conduzia inquéritos sobre as ações de Jair Bolsonaro. A mais alta corte do poder judiciário brasileiro será convertida, pelos enunciados das massas do bolsonarismo, em uma entidade que precisava ser “expurgada” novamente, conforme observado em cartazes em São Paulo (SP), e “destruída” em uma faixa em Brasília (DF) no dia da independência do Brasil¹⁸. Após votar a favor da anulação das condenações do ex-presidente Lula, o ministro Gilmar Mendes passou a ser chamado pelas massas de “inimigo” número um¹⁹.

O Supremo Tribunal Federal (STF) tornou-se objeto do discurso anticomunista pelas massas bolsonaristas ao exercer suas competências constitucionais, sendo representado pelas massas. Nesse processo discursivo, as massas retrataram o STF como um obstáculo à “voz do povo” e uma ameaça iminente ao governo de Jair Bolsonaro. A deslegitimação, desconfiança e coação das ações e obrigações constitucionais do Supremo Tribunal Federal (STF) decorrem, ao mesmo tempo, da legitimação das ações e estratégias políticas de Jair Bolsonaro direcionadas às massas, com o objetivo de conquistar mais poder político por meio do reconhecimento de suas ações autoritárias. Nesse processo de disputas políticas e jurídicas

¹⁸

Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/ministros-do-stf-veem-bolsonaro-focado-em-eleicao-e-contido-e-m-ataques-contr-tribunal.shtml>>

¹⁹

Disponível em:
<<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/11/17/manifestantes-pedem-impeachment-do-ministro-gilmar-mendes-no-rio.htm>>

ocorridas até o fim do mandato de Bolsonaro em 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) se mostrava cada vez mais responsivo diante dos ataques antidemocráticos pelas massas e do próprio Bolsonaro (Vieira; Glezer; Barbosa, 2022). Isso resultou na consolidação de uma resistência e na "indesejada" harmonia entre os três poderes.

E existem momentos enigmáticos, como quando o trigo é convertido em joio, ou quando o cordeiro revela sua verdadeira face de lobo. O então superministro da Justiça e Segurança Pública do governo de Bolsonaro, o ex-juiz federal Sérgio Moro, passou, não surpreendentemente, de herói nacional por ser algoz do ex-presidente Luiz Inácio (Lula) a traidor do povo ao discordar sobre nomeações político-partidárias a cargos técnicos na Polícia Federal (PF) por Jair Bolsonaro²⁰. O que não é surpreendente, Eco (2013) nos demonstra que um dos arquétipos que definem o fascismo é “o desacordo é traição”. Nesse arquétipo, qualquer tipo de crítica interna não é bem-vinda, é uma clara demonstração de traição, nesse caso, ao sistema de crenças do bolsonarismo e de sua comunidade moral. Os ataques ao ministro e futuro ex-ministro demonstraram umas das contradições do governo Bolsonaro, de um lado, chegaram ao poder com discurso sobre não fazer o jogo daquilo que ele acusava de “velha política”; de outro, entraram em divergências ao optar por indicações e demissões motivadas por interesses partidários e por benefícios políticos pessoais e familiares, de acordo com o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) (Vieira; Glezer; Barbosa, 2022).

O bom motivo para as massas do bolsonarismo identificarem um novo inimigo e legitimarem as ações de Bolsonaro. O agora ex-ministro do governo, que antes recebia apoio das massas com o *slogan* “somos todos Moro”²¹ desde antes da eleição de Bolsonaro em 2018 e era símbolo da luta contra a corrupção e do antipetismo, passa a ser “traidor”²² do povo para as massas. Discordar do líder é considerado crime dentro do sistema de crença, é se declarar inimigo para a comunidade moral das massas do bolsonarismo. É uma irracionalidade, o desacordo não pode ser visto como uma construção de debate e diálogo, pelo contrário, é um perigo à identidade das massas e do seu líder, como bem apontado por Eco (2013). Mesmo sem uma manifestação bolsonarista autêntica contra o ex-ministro, seu caso evidencia a tendência irracional do movimento em fabricar inimigos e justificar incondicionalmente as ações do governo Bolsonaro, e abrindo espaço para o estado de guerra.

²⁰ Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/24/moro-ministro-da-justica-deixa-governo-bolsonaro-motivos.htm> >

²¹ Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/opinion/1457899365_762866.html >

²² Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/politica/contra-rodriago-maia-e-ministros-do-stf-milhares-fazem-carreata-na-esplanada-dos-ministerios/> >

O “Davi brasileiro”, como lembra Rocha (2021), não poderia ter rivais à sua altura, tampouco admitir opiniões divergentes dentro do próprio governo. O desacordo não é permitido, pois coloca em dúvida a autoridade do líder. A autoridade carismática exercida por Bolsonaro sobre suas massas, identificada por Weber (1971) como irracional, o posicionava como um representante do poder sobrenatural, não podendo ter questionamento de suas ações. No sistema de crença bolsonarista, como ressalta Rocha (2021), isso bastava; a realidade só precisava fazer sentido dentro da própria lógica interna do movimento.

As manifestações de massa do bolsonarismo, centradas em um discurso fortemente anticomunista, frequentemente insuflam e aclamam medidas autoritárias. A defesa de uma intervenção militar como forma de enfrentamento e eliminação de um suposto avanço do comunismo no Brasil seria a solução final do bolsonarismo. Tais discursos evidenciam um desejo latente de retorno a um passado idealizado como grandioso no combate ao inimigo transcendente e histórico, marcado por uma visão romantizada e nostálgica dos regimes militares, como ocorreu com Vargas na Revolução de 30 e mais especialmente com golpe de 1964, que na ocasião possuía o mesmo discurso anticomunista e de defesa da pátria.

É evidente e inegável que a massa bolsonarista nas manifestações expressava um desejo golpista. Isso se traduz em anseios por ações antidemocráticas para eliminar definitivamente o suposto inimigo maior, o comunismo. Esse comunismo, segundo eles, estaria infiltrado silenciosamente nas instituições democráticas brasileiras, conforme evidenciado por cartazes e faixas que rotulavam adversários políticos e ministros do poder judiciário como comunistas infiltrados, além de qualquer um que desafiasse a comunidade moral bolsonarista, e seu deficiente sistema de crenças.

figura 4 - manifestantes de verde e amarelo é o “povo”



Foto: Luciano Freire/Futura Press/Folhapress

Na figura 4, o detalhe mais impactante visualmente da massa do bolsonarismo é o modo de se vestir, marcado pelas cores da bandeira do Brasil. Eco (2013) viu a existência de uma liturgia no modo de se vestir dos fascistas italianos e alemães. No Brasil pós-*impeachment* de Dilma Rousseff (PT) em 2016, incorporaram-se o verde e amarelo. Alonso (2018) lembrou que essa forma de expressão por meio das cores da bandeira nacional não surgiu com Bolsonaro, mas harmonizou com o bolsonarismo, no que a autora chamou de “manejando binarismos”. Para Alonso, a comunidade moral bolsonarista, ao vestir as cores da bandeira, representou ser nacionalista e necessariamente antiglobalista. As cores da bandeira negavam a existência de classes sociais (Eco, 2013), então não há pobres nem ricos, mas apenas brasileiros; a única hierarquia permitida era a do capitão Bolsonaro e a espiritual dos pastores. Assim, a pátria se opôs ao partido, como se observou nas vestimentas das massas com a frase “Meu Partido é o Brasil”. O debate de ideias nessas condições tornou-se ameaça blasfemadora ao sistema de crenças e à pátria capturada no discurso bolsonarista. Para as massas do bolsonarismo, um líder e seus comandados com espírito patriótico são suficientes para guiar a nação, pois, no fascismo, lembrou Eco (2013), o único privilégio possível é ter nascido no mesmo país. Não como projeto de uma nação, mas parte do pensamento maniqueísta das massas.

As massas do bolsonarismo, originadas sob a influência de Olavo de Carvalho, seu ideólogo, e seu sistema de crença, declararam um adversário internacional. A teoria da conspiração de Olavo de Carvalho a respeito de uma alegada conspiração comunista internacional para assumir o poder por meio da infiltração em espaços culturais no Brasil e nos países ocidentais (Calil, 2021). De acordo com Rocha (2021), Olavo de Carvalho domesticou meticulosamente as massas por meio das teorias conspiratórias de dominação global pelo inimigo, o comunismo. Eco (2013) diz que a obsessão por conspiração está na raiz psicológica do fascismo; a conspiração, e principalmente a internacional, é que concede uma identidade nacional ao movimento, existe a necessidade de se sentir sitiado pelo inimigo. O propósito dessa conspiração olavista é uma ardilosa estratégia de desinformação e xenofobia, os países ou civilizações de origem, cultura e formação “judaico-cristã” estão sob ataque da infiltração comunista²³. Nesse binarismo metapolítico que agrupa países com governos socialistas a países de cultura e religião islâmica, todos esses, segundo Olavo, estariam em trama conspiratória de destruição da civilização ocidental “judaico-cristã” por meio da dominação cultural (Magalhães, 2024; Cruz, 2023; Cruz, 2020; Guimarães, 2021).

²³ O tema da civilização judaica-cristã no pensamento de Olavo e sua xenofobia é estudado com mais clareza no artigo de Guimarães (2021).

O que explica o grande número de bandeiras dos Estados Unidos da América e do Estado de Israel²⁴. Na formação discursiva que toma como objeto o comunismo, retrata o comunismo sendo inimigo comum da religião, do cristianismo e da moral. No discurso olavista, o ocidente cristão sofre ataques causados pelo marxismo cultural, que, para Olavo, se infiltrou e tomou conta das universidades brasileiras, por meio do pensamento gramsciano, para subverter o ocidente cristão (Silva, 2020). Segundo Silva (2020), Olavo se opunha às universidades brasileiras, pois acreditava que o conhecimento verdadeiro já estava escrito, proclamava “um resgate ontológico da transcendência” e “epistemológico do senso comum”, justificando sua falta de método e seu pensamento acrítico, e bem assimilado pelas massas.

Silva (2020) vê a influência de René Guénon nos escritos de Olavo, e Teitelbaum (2020) observa que Julius Evola foi o sucessor de Guénon e conduziu seu pensamento para a extrema direita fascista. Nada de novo no pensamento fascista, Eco (2013) apresenta o culto à tradição como arquétipo do fascismo, porém diversas tradições combinando em sincretismo em busca da verdade primitiva. E se a verdade está nas tradições, não pode mais existir avanço científico ou do saber, e então nasce o ódio à modernidade, conclui o autor. Olavo, seu sistema de crença e a massa do bolsonarismo representam esse reacionarismo fascista; em nome da tradição ocidental, as massas deveriam rejeitar e desqualificar o novo e científico.

Nesse sincretismo de tradições nasce o termo “judaico-cristão”. Olavo aproxima o pensamento conservador e o liberalismo econômico como herdeiros da tradição “judaico-cristã”, contra o socialismo marxista (Silva, 2020). É nessa estratégia discursiva que as bandeiras dos Estados Unidos e Israel aparecem nas manifestações, símbolos da suposta superioridade de uma sociedade baseada nos valores “judaico-cristãos”, principalmente a liberdade e a economia, simbolizando a aversão ao comunismo, nessa visão, adversária dos valores cristãos. O americanismo faz parte do longo discurso anticomunista, vistos como salvadores do ocidente contra o inimigo que não era apenas político, porém extremamente um inimigo espiritual (Rodeghero, 2002). Nas manifestações das massas bolsonarismo, pode-se ver faixas e bandeiras com frases em inglês, muitas pedindo ajuda americana contra o comunismo, denunciando adversários políticos e reformando pedidos golpistas de intervenção militar²⁵. A forte aproximação do governo de Jair Bolsonaro (PSL) com as políticas externas dos EUA, principalmente no governo de Trump (2016-2020), foi a legitimação dos discursos

²⁴ Disponível em : <

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/kit-bolsonarista-de-protestos-tem-bandeiras-dos-eua-em-estetica-da-subserviencia.shtml> >

²⁵

Disponível

em:

<

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/atos-no-7-de-setembro-pelo-pais-incluem-faixas-golpistas-em-ingles-e-palanque-para-bolsonaristas.shtml> >

antidemocráticos e anticomunistas, adotado pelas massas do bolsonarismo, uma assimetria bolsonarista com o americanismo de Trump (Milani; Motta, 2023).

A presença da bandeira de Israel tem um forte caráter religioso. Os evangélicos já defendiam a necessidade de estreitar os laços do Brasil com Israel em seus discursos no Congresso, por meio da Frente Parlamentar Evangélica, e trabalhavam para concretizar essa proposta (Gonçalves, 2014). As bandeiras do Estado de Israel nas manifestações e a política de aproximação com o Estado Judeu por parte do governo de Jair Bolsonaro (PSL) eram a legitimação de um discurso que entendia Israel como “Nação Escolhida”, e essa relação possibilitaria ao Brasil avançar como Nação nos desígnios divinos (Gonçalves, 2014; Machado; Mariz; Carranza, 2021). Rocha (2021) descreve a conexão entre as teologias da prosperidade e do domínio como um "casamento insolúvel". O apoio a Israel é visto como um bem espiritual que resultaria em prosperidade econômica e política. Isso implica na necessidade urgente do pensamento evangélico nas manifestações em massa do bolsonarismo. A bandeira de Israel funciona como um discurso semiótico que representa progresso para as massas, tanto espiritual quanto econômico.

Na conjectura, a profecia que deveria se cumprir seria a reeleição de Bolsonaro em 2022. O Davi brasileiro (Bolsonaro), eleito pela teologia da prosperidade e domínio (Rocha, 2021), estaria reeleito nos discursos bolsonaristas, e qualquer outro resultado seria considerado ilegítimo, politicamente e espiritualmente para as massas. As acusações negacionistas e conspiratórias, reforçadas por discursos antidemocráticos contra as instituições e adversários políticos, inflamaram-se no decorrer das eleições de 2022. As massas sentiram-se sitiadas com a candidatura de Lula (PT), talvez a personalidade que, no imaginário bolsonarista, representou e representa a ameaça inimiga absoluta, nutrida por longos anos de discursos antipetistas e anticomunistas (Ab’Sàber 2018). Em um cartaz na manifestação de 7 de setembro de 2022, via-se a frase que expressava que os bolsonaristas não aceitariam Lula nas disputas eleitorais, repetindo o medo, falso, da possibilidade de as eleições serem fraudadas. A frustração era grande, mas traduzia a mentira impulsionada pelo próprio Bolsonaro sobre as urnas eletrônicas durante seu governo²⁶.

Com a derrota de Jair Bolsonaro (PL) na disputa pela Presidência da República, as massas do bolsonarismo só puderam recorrer à materialização de seus discursos golpistas, praticados durante os anos de Bolsonaro no poder. Em surto de frustração, instalaram-se nas portas dos quartéis em várias cidades, diante da sensação de que a vontade do povo não havia

²⁶

Disponível

em:

<

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/29/apos-tres-anos-falando-em-fraudes-eleitorais-bolsonaro-faz-live-com-noticias-falsas-e-admite-nao-ter-provas-das-acusacoes.ghtml> >

sido ouvida e de que Bolsonaro deveria ter sido reeleito. Os únicos que, em sua percepção, poderiam salvá-los eram os velhos autores de golpes anteriores, as Forças Armadas.

figura 5 - acampados, e cartazes com enunciados favoráveis ao golpe de estado



Foto: Hugo Barreto/Metrópoles

Na figura 5, uma faixa exposta em frente a um quartel expressava uma verdadeira distorção da realidade, ao anunciar o convite para a posse de Bolsonaro em 1º de janeiro de 2023²⁷. As massas não puderam aceitar outro resultado senão aquele que seu sistema de crenças lhes permitia reconhecer, voltando seu raciocínio por busca de soluções simplistas ou mágicas típicas do maniqueísmo (Lima, 2017). O mundo reduzido pelo maniqueísmo das massas do bolsonarismo não poderia aceitar as eleições, pois não se pode, para eles, aceitar o Mal ao invés do Bem. E se o Mal chega ao poder por forças que eles não podem conceber e compreender, nesse caso o voto democrático, só se pode e é desejada a violência como modo de ação. Aceitar a eleição democrática do outro nessas circunstâncias significa aceitar o domínio do Mal. O que era um medo, se não irracional e infundado, de o comunismo ser efetivado no Brasil.

O comunismo não aparece no plano de governo do PT nas disputas de 2022, porém, nas conspirações que permeiam a formação discursiva das massas do bolsonarismo, o comunismo se apresentava silenciosamente. O maniqueísmo como forma religiosa de pensar (Lima, 2017) os obriga a aderir ao dogmatismo e à intolerância; são incapazes de sustentar seus pensamentos rasos e vazios na realidade imanente. O único mecanismo de defesa é repetir incansavelmente discursos já formulados, esperando vencer com as forças das palavras, com longas orações em frente de quartéis e avenidas, ou como punhal ungido das Forças Armadas para expurgar o Mal imaginário criado por eles mesmos, as massas do

²⁷

Disponível

em:

<https://www.metrolopes.com/distrito-federal/apos-1-440-horas-atos-no-qg-do-df-foram-marcados-por-tensao-e-memes> >

bolsonarismo. Em sua extensa formação discursiva, o comunismo é e deve ser visto como um adversário que transcende o mundo imanente; no entanto, se as preces não surtem efeito, o recurso final é inevitavelmente a violência, não mais como uma política, pois essa alternativa já foi eliminada do imaginário coletivo. O estado de guerra foi almejado e se transformou na única alternativa no imaginário coletivo. O discurso anticomunista os recruta a confrontos físicos contra o inimigo fictício de suas conspirações no âmbito político e religioso, e clamar por intervenção militar é um indicativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eleição de Jair Bolsonaro (PSL) à presidência da República em 2018, quando se autodenominou cristão e defensor dos “bons costumes” (Almeida, 2019), somou-se ao sucesso midiático de Olavo de Carvalho e à difusão de seu conservadorismo 'judaico-cristão' (Silva, 2020), bem como ao grande número de políticos evangélicos no Executivo e no Legislativo brasileiro (Gonçalves, 2016), e possibilitou a condição para que o objeto “comunismo” ressurgisse nos discursos do campo político e religioso como pressuposto necessário (Foucault, 2008). Esse reaparecimento do objeto ocorreu não apenas no sujeito que possuía o *status* da fala, mas também nas massas de sujeitos que, pela identificação e relação, aceitaram o objeto do discurso como verdade dita. Seguindo as leis de formação discursiva semelhantes àquelas que sustentaram o anticomunismo em momentos anteriores, observaram-se, contudo, transformações nas modalidades enunciativas e nos conceitos, de modo que o objeto do discurso reapareceu ampliando seu espaço de diagnóstico pela intertextualidade (Foucault, 2008). Esse discurso, que busca desejo e poder sobre o suposto perigo do possível regime comunista no Brasil, produziu seu efeito desejado de operar poder sobre as massas, sobre o corpo, como lembra Foucault (1987), treinando as massas para realizar tarefas e emitir sinais (manifestar e denunciar) e para se radicalizar e obedecer a quem detém o poder que as massas legitimaram por identificação à personalidade carismática do líder.

A necessidade de legitimar o autoritarismo e o golpe de Estado precisou selecionar o discurso anticomunista como objeto de desejo e poder (Foucault, 2004). A função psíquica, como lembrou Ab'Sáber (2018), dos discursos conspiratórios sobre a iminente tomada de poder pelos comunistas, liberou a necessidade de uma ação violenta como forma de política, orientada para a aniquilação do comunista, despertando a gênese fascista e autoritária da sociedade brasileira. Criou-se, assim, um verdadeiro fetiche em torno da figura do comunista,

estendido também ao petista, esquerdista e demais opositores²⁸. O comunista tornou-se o bode expiatório: culpado em si mesmo e, portanto, merecedor de extermínio. A pacificidade não pôde ser admitida no fascismo, pois equivale ao conluio com o inimigo (Eco, 2013). As massas do bolsonarismo absorveram essas concepções, fazendo do comunismo e do comunista o seu principal objeto de desejo no discurso. Esse processo de radicalização das massas não se formou lentamente, pois o discurso anticomunista sempre permeou o imaginário social e político brasileiro desde o século passado²⁹, e voltou revivido e expandido em antipetismo ou antiesquerda. Nesse curso, as massas desejaram os seus algozes, que, nesse mesmo imaginário anticomunista, foram ditos outrora como restauradores do Brasil, as Forças Armadas no poder através do golpe de estado.

A religião evangélica, enquanto instituição, e suas práticas discursivas (Foucault, 2008) estão profundamente ligadas à formação da comunidade moral e ao sistema de crença do bolsonarismo (Alonso, 2019; Rocha, 2021). Essa religião adaptou suas doutrinas às necessidades religiosas da época (Weber, 1971), estabelecendo e legitimando a figura política de Jair Bolsonaro como o núcleo carismático de poder. Isso ocorreu por meio da enunciação carismática das promessas de eliminar o inimigo, o comunismo, direcionando-se às massas que necessitavam e desejavam por uma salvação. Dessa forma, o cristofascismo do bolsonarismo (Py, 2020) utilizou a religião para legitimar e expandir a estrutura autoritária do governo, bem como a imagem carismática de Jair Bolsonaro. Formou um verdadeiro ambiente bélico de polarização político-religiosa, uma batalha maniqueísta de Bem contra o Mal no espaço político e social brasileiro, o uso de Deus para justificar o extermínio do outro, o discurso de ódio bolsonarista, resultando na redução da vida política para o estado de guerra, ao pensamento maniqueísta puro na forma religiosa (Ab'sáber, 2018; Py, 2020; Rocha, 2021). O que foi desejado dentro do discurso, o uso da religião evangélica e suas novas doutrinas religiosas, proporcionou que se sentissem no Antigo Testamento, em que os israelitas viviam em estado de guerra contra outros povos. E possibilitou o reconhecimento de Bolsonaro como um líder ungido, pecador, mas "escolhido" por Deus para conduzi-los na guerra cultural, conforme analisado por Rocha (2021).

É nesse processo histórico que as massas absorvem o discurso; os enunciados que prometem o extermínio do inimigo são destinados para as massas. É na assimilação das ideias e discursos do “líder” (Bolsonaro e Olavo) pelas massas que se torna possível reduzir o campo

²⁸ A vida e o pensamento maniqueísta só podem levar o indivíduo/massas ao estado de paranoia, de vigilância constante para não aceitar outros discursos, senão os já formulados na sua formação discursiva (Lima, 2017).

²⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

do embate político para o estado de guerra (Reich, 2019). No Ur-Fascismo, explica Eco (2013), a vida é um estado de guerra permanente, ser pacifista é visto como operar junto com o inimigo. O que só poderia criar uma pedagogia do heroísmo, as massas do fascismo são educadas a serem heróis, conclui o autor. É a ficção dos heróis da pátria e soldados de Deus, do Bem *versus* Mal, que criou nas massas o desejo pela destruição absoluta do inimigo.

Esse estado de guerra pode ser entendido por meio da filosofia política de Arendt (2013). Para a autora, o totalitarismo surge quando as massas procuram fugir da realidade em busca do conforto da ficção. A visão de mundo das massas do bolsonarismo precisava fazer sentido, oferecendo previsibilidade ao sistema de crenças no qual se desenvolveram. Os pedidos de intervenção militar e com a condição de Bolsonaro no poder, junto com ataques a instituições democráticas, nos demonstra o terrível caminho da massa do bolsonarismo, que Reich (2019) já nos havia demonstrado sobre a psicologia das massas do fascismo no século XX, mostrou-se atual, as massas do bolsonarismo desejavam a própria servidão, desejaram o fascismo (o golpe de Estado) e a figura carismática de Jair Bolsonaro (líder) mantida no poder como intérprete do seu mundo maniqueísta e autoritário, que só tinha e podia fazer coerência na ficção, no seu sistema de crença, que em última instância, buscou as soluções simplistas e irracionais, se não até mágicas (Lima, 2017), para fugir da angústia causadas pelo ódio e a impossibilidade de conviver numa democracia. E visto que seu mundo maniqueísta está enfrentando a queda, já que suas verdades antagônicas não se mostram mais sustentáveis, o golpe de estado é a solução final das massas do bolsonarismo. E como se evidenciou durante as manifestações em frente aos quartéis, existe nas massas do bolsonarismo um desejo ao mais sofisticado aparato de repressão do poder institucional do mundo contemporâneo, o totalitarismo.

Por fim, mesmo que inatingíveis pela experiência de uma ditadura militar de 21 anos e pelos argumentos democráticos, lembra Arendt (2013), às massas, pela identificação ao movimento e pelo conformismo, criados pelo discurso anticomunista e pelo religioso, respectivamente, substituindo não só o senso crítico mínimo, mas eliminando a capacidade de sentir, “mesmo que seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte” (Arendt, 2013, p. 278).

Porém, devemos entender que o caso brasileiro é marcado por sua própria história. As massas do bolsonarismo são um processo social, histórico e, em última instância, político, pelo qual a sociedade brasileira é constituída, uma estrutura que privilegia, desde o início, com a chegada das caravelas portuguesas, a violência como instrumento de se conseguir poder e, por meio de discursos, legitimam o autoritarismo ao longo da nossa história.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Tales.** ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo. Conservadorismo, fascismo e fundamentalismo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p.122-123.
- ALMEIDA, Ronaldo de.** Deuses do parlamento: os impedimentos de Dilma. ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo. Conservadorismo, fascismo e fundamentalismo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 163-191.
- ALONSO, Angela.** A comunidade moral bolsonarista. In: ABRANCHES, Sérgio (et. al.) Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 52-68.
- ARENDT, Hannah.** Origens do totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARISTÓTELES.** Categorias Da Interpretação. Biblioteca De Autores Clássicos, Volume I – Tomo II. Trad. e Ed. Santos, Ricardo. Mesquita, António. 1. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2016. p. 236.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine.** Introdução à análise do discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.
- BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera.** A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 99-129, out. 2014/jan. 2015.
- BURITY, Joanildo.** A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo. Conservadorismo, fascismo e fundamentalismo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p.21-66.
- CARVALHO, Olavo.** Do marxismo cultural – SAPIENTIAM AUTEM NON VINCIT MALITIA. 2002. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/>. Acesso em: 8 jun. 2025.
- CARVALHO, Olavo.** Por linhas tortas – SAPIENTIAM AUTEM NON VINCIT MALITIA. 2015. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/por-linhas-tortas/>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- COLETTA, R. D.** Olavo de Carvalho, o Brasil só fala dele. Disponível em: brasil.elpais.com/. Acesso em: 10 maio. 2025.
- CRUZ, Natalia.** Islamofobia e Elementos Fascistas no Discurso de Olavo de Carvalho e do Movimento Mídia Sem Máscaras (MSM). Revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 51, n. 2, p. 337–389, 2020. DOI: 10.36517/rcs.2020.2.a04. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/39718>. Acesso em: 7 mar. 2025.

CRUZ, Natalia. O pensamento olavista sobre a nova ordem internacional. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 15, n. 39, p. e0201, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180315392023e0201>. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180315392023e0201>. Acesso em: 21 ago. 2025.

CHAIB, J.; MARQUES, J. Ministros do STF veem Bolsonaro focado em eleição e contido em ataques contra tribunal. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/ministros-do-stf-veem-bolsonaro-focado-em-el-eicao-e-contido-em-ataques-contra-tribunal.shtml>. Acesso em: 12 jun. 2025.

COWAN, Benjamin Arthur. “Nosso terreno”: crise moral, política evangélica e a formação da “nova direita” brasileira. Varia Historia, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 101–125, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752014000100006>. Acesso em: 14 jun. 2025.

D'ALIMONTE, Roberto. Espaço Político. BOBBIO, N; MATTEUCCI, N & PASQUINO, G. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1995. p.392-394.

GUIMARÃES, G. Fernandes Rocha. Ocidente, direitas e Islã: a perspectiva de Olavo de Carvalho. Locus: Revista de História, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 150–178, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.33754>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/33754>.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. R

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. io de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Conferência para Agentes Públicos e Políticos Cristão da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. Facebook. 19 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/fparlamentarevangolica/posts/519408311951179>. Acesso em: 8 jun. 2025.

FROSSARD, Miriane Sigiliano. “Caminhando por terras bíblicas”: religião, turismo e consumo nas caravanas evangélicas brasileiras para a Terra Santa. 2013. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Rio de Janeiro. 2013.

GERTH, Hans e MILLS, C. Wright. MAX WEBER: Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.

GONÇALVES, Rafael Bruno. O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014). 2016. 262 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

KALINA VANDERLEI SILVA; MACIEL HENRIQUE SILVA. Dicionário de conceitos históricos. [s.l.] Editora Contexto, 2009.

LIMA, R. DE. O Maniqueísmo: o Bem, o Mal e seus efeitos ontem e hoje. Revista Espaço Acadêmico, v. 1, n. 07, 27 out. 2017.

LUIZETTO, Flávio. Reformas Religiosas. São Paulo: Contexto, 2007.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecilia Loreto; CARRANZA, Brenda. Articulações político-religiosas entre Brasil-USA: derecha y sionismo cristianos. Ciencias Sociales y Religión, Campinas, SP, v. 23, n. 00, p. e021021, 2021. DOI: 10.20396/csr.v23i00.15119.

MAGALHÃES, Bernardo de Paula. Os discursos de Olavo de Carvalho nas obras A Nova Era e a Revolução Cultural e O Jardim das Aflições: sentidos, diálogos, problemas-paradigmas, transformações, conceitos e performances (1994-2022). 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso em: 11 jun. 2025.

NOBRE, Marcos. Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022

OLIVEIRA, F. F. Governo Bolsonaro e o apoio religioso como bandeira política. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 13, n. 37, 2 abr. 2020.

PY, Fábio. Pandemia cristofascista. 1. ed. São Paulo: Editora Recriar, 2020. v. 1000. 65p.

RAMOS SHIOTA, R.; DE SOUZA POSSMOZER, M. O Brasil cristão da Frente Parlamentar Evangélica. Revista Brasileira de História das Religiões, v. 13, n. 39, 4 dez. 2020.

REICH, Wilhelm. Psicologia de massas do fascismo. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

RIOS PETRARCA, Fernanda. Uma janela no tempo: a ascensão do Bolsonarismo no Brasil. Revista TOMO, [S. l.], n. 38, p. 339–371, 2021. DOI: 10.21669/tomo.vi 38.14356. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/14356>. Acesso em: 8 dez. 2024.

ROCHA, João Cezar de Castro. Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político. 1. ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021. v. 1. 464p.

RODEGHERO, C. S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil no anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n.44, p. 463-487, 2002.

SANTOS, J. V. As paixões reprimidas de uma massa, o academicismo e a emergência da extrema direita. Entrevista especial com Fabrício Pontin. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585253-as-paixoes-reprimidas-de-uma-massa-o-academicismo-e-a-emergencia-da-extrema-direita-entrevista-especial-com-fabricio-pontin>. Acesso em: 5 jun. 2025.

SILVA, IVAN HENRIQUE DE MATTOS E. Liberal na economia e conservador nos costumes' - uma totalidade dialética. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE)*, v. 36, p. 1-19, 2021.

SILVA, Murilo Alan. A tramitação da Reforma da Previdência (EC nº 103-2019) na Câmara dos Deputados sob a lente dos Estudos Legislativos. *Primeiros Estudos*, São Paulo, Brasil, v. 11, p. e00112009, 2024.

SPINOZA, B. de. Tratado teológico-político. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SOUZA, J.A.; LEITE, M. Discurso político, ethos e legitimidade: uma análise de discursos de posse do governo Bolsonaro. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 54, 2020 DOI: 10.5007/2178-4582.2021.e73829.

SOUZA, Jessé. O pobre de direita: a vingança dos bastardos. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

VALERIO, S. Pentecostalismo, catolicismo e bolsonarismo: *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 13, n. 37, 23 mar. 2020.

VEJA. Onyx critica Coaf por suspeita sobre ex-motorista de Flávio Bolsonaro. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/onyx-critica-coaf-por-suspeita-sobre-ex-motorista-de-flavio-bolsonaro/#google_vignette. Acesso em: 7 jun. 2025.